

# Formação de professores nas tramas da rede: uma prática de governamentalidade neoliberal

Karla Saraiva

---

## Resumo

123

As políticas públicas vigentes para a formação de professores enfatizam o uso da educação a distância (EaD) mediada por ambientes digitais, o que torna importante e urgente lançarmos um olhar e desenvolvermos estudos sobre essas práticas. Compreender aquilo que estamos fazendo de nós é condição imprescindível para que se possa pensar naquilo que desejamos vir a ser. Nessa direção, o artigo propõe a análise de alguns pressupostos sobre os quais se apoia a EaD atualmente, mostrando sua inserção dentro de uma racionalidade característica daquilo que Foucault denominou governamentalidade neoliberal, que pode ser entendida como as práticas mobilizadas para a condução das condutas dos indivíduos e para a produção de subjetividades nas sociedades contemporâneas. Essa modalidade educacional apresentaria condições apropriadas para produzir sujeitos capazes de gerir seu tempo e suas escolhas, tomando para si a responsabilidade sobre os desdobramentos de uma suposta liberdade. Sujeitos flexíveis, os quais sabem que o comprometimento com o trabalho já não pode estar fixo em um lugar específico nem contido nos limites rígidos dos horários preestabelecidos. Este texto mostra, ainda, que a potencialidade de produção de tais sujeitos estaria em relação direta com o próprio uso da tecnologia. Para tanto, apresenta um quadro teórico contendo, de modo sucinto, as amplas transformações imbricadas com a emergência do neoliberalismo no final do século passado, que permitirá o desenvolvimento de análises sobre o material empírico, constituído por notícias veiculadas pela mídia e documentos disponíveis na internet

relacionados ao curso de Pedagogia na modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Palavras-chave: formação de professores; educação a distância; governamentalidade neoliberal.

---

**Abstract**

***Teacher's education in the web: a practice of neoliberal governmentality***

*The recent public policies to teacher's education emphasize the use of distance learning through virtual environments, what makes it important to study and analyze these practices. The understanding of what is being done is an important condition to start to think about what could be done in the future. In this sense, this study proposes the analysis of some assumptions upon which distance learning is based nowadays and showing its insertion in the rationality characterized by Foucault as neoliberal governmentality, what could be understood as mobilized practices to conduct individual behavior and produce subjectivity in contemporary societies. This educational modality would present appropriate conditions to produce individuals that are capable to organize their own schedule and own choices, taking the responsibilities inherent to a supposed liberty. These are flexible individuals, aware that the commitment with work cannot be strict to a certain place nor limited to established schedules. The text shows that the potentiality for the production of such individuals is directly related to the use of the technology. In this sense, it presents a theoretical basis containing the transformations connected to the emergency of neoliberalism in the end of the last century, what will enable the development of the analysis of empirical material, constituted by documents, news and other media sources available on the internet and are related to the distance learning Pedagogy Course at Rio Grande do Sul Federal University (UFRGS).*

*Keywords: teacher's education; distance learning; neoliberal governmentality..*

---

Hoje, no Brasil, a formação de professores para a educação básica tornou-se uma preocupação para o governo federal, tendo em vista que o número de diplomados em cursos de licenciatura vem diminuindo ultimamente. Projeções apontam um crescente déficit de professores nos próximos anos. Além disso, muitos docentes que hoje estão atuando nas salas de aula não possuem formação compatível com o exercício de sua função, seja por não terem um diploma de nível superior, seja por estarem ministrando disciplinas diferentes daquelas de sua área de formação. Todos esses fatores têm levado à formulação de políticas públicas que visam incentivar o ingresso nos cursos de licenciatura.

As ações desenvolvidas privilegiam o aumento de vagas nas instituições públicas, e a preocupação com a atualização dos docentes vem fazendo com que haja

ofertas de cursos gratuitos de formação continuada para aqueles que atuam na rede pública. Entre essas ações, destaca-se o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, que

é destinado aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais sem formação adequada à LDB, oferecendo cursos superiores públicos, gratuitos e de qualidade, com a oferta cobrindo os municípios de 21 estados da Federação, por meio de 76 instituições públicas de educação superior, das quais 48 Federais e 28 Estaduais, com a colaboração de 14 universidades comunitárias. (Brasil. MEC, 2009).

Ao todo, segundo o sítio do Ministério da Educação (MEC), são 2.197 cursos oferecidos no Brasil, sendo 40% dessa oferta na modalidade a distância.

Outro investimento de grande envergadura realizado pelo governo brasileiro é o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que consiste na criação de cursos a distância vinculados às universidades federais já existentes e “tem como prioridade a formação de professores para a Educação Básica” (Brasil. MEC. Capes, [s.d.]). Embora a UAB não ofereça apenas cursos para a formação de professores, ela cumpre sua prioridade: 72% de suas graduações são licenciaturas, sendo o restante dividido entre bacharelados (23,5%) e tecnólogos (4,4%). Os cursos a distância assumem papel tão ou mais importante nas ofertas de formação continuada. Um grande número de cursos de aperfeiçoamento e especialização é ofertado na modalidade a distância por meio desse e de outros programas do MEC.

Esses dados mostram a importância que vem sendo conferida pelo governo federal ao uso da educação a distância (EaD) na formação inicial e na formação continuada de professores para a educação básica e deixam clara a prioridade dada a essa questão. É possível justificar a opção pela necessidade de preparar professores que já estariam lecionando sem a formação adequada, sem retirá-los de seu trabalho. Como parte significativa desses docentes está espalhada pelo interior do País, a EaD permitiria uma descentralização capaz de dar conta de suas necessidades. Além disso, a EaD reduz a exigência de instalações físicas e, da maneira como vem sendo implantada, o número de docentes, uma vez que as turmas têm grande quantidade de alunos e os professores dividem suas tarefas com tutores que possuem uma formação menos qualificada e recebem salários menores. Portanto, o uso massivo de EaD aponta também para um barateamento da formação dos professores, uma desoneração do serviço público.

Também as instituições privadas vêm aumentando sua oferta de graduação e pós-graduação para a formação de professores na modalidade a distância, atraindo alunos tanto pelos baixos valores de mensalidades quanto pela comodidade e economia de realizar grande parte do curso sem a necessidade de deslocar-se até a instituição em horários predeterminados.

Aparentemente, esse crescimento da EaD realizada por meio de ambientes *web* passa por uma aceitação dessa modalidade que só se tornou efetivamente possível porque ela se apresenta como uma prática pedagógica imbricada em uma certa racionalidade que se constitui na contemporaneidade. Na maioria das vezes, o reconhecimento da EaD mediada por ferramentas *web* é justificado pelas amplas

possibilidades de interatividade entre participantes, o que não podia acontecer quando a EaD era ofertada em outras mídias. No entanto, o fato de a internet tornar possível a comunicação de todos com todos não deve ser tomado como a origem dessa recente legitimação, mas como um elemento constituinte e constituído nessa nova racionalidade, que mantém com a educação uma relação de causalidade imanente.

A inserção da EaD nessa racionalidade – que emerge no final do século 20 e vem ocupando lugar privilegiado nos modos de compreender o mundo – faz dessa modalidade educacional uma prática pedagógica cada vez mais reconhecida e permite seu crescimento. A seguir, será construído um quadro teórico fortemente apoiado nos trabalhos de Michel Foucault para apresentar aquilo que até aqui foi chamado de uma racionalidade contemporânea, sinalizando algumas de suas características que serão importantes para as análises realizadas neste trabalho.

### **A arte de governar na contemporaneidade**

Esta seção apresentará o conceito de governamentalidade, criado por Foucault (2006), que será central na argumentação construída na análise do material empírico, permitindo compreender aquilo chamado, provisoriamente, de uma racionalidade contemporânea. O conceito de governamentalidade tem se mostrado uma ferramenta bastante produtiva na pesquisa em educação, ainda que circule apenas dentro de alguns grupos. Assim, porque muitos leitores talvez não estejam familiarizados com a obra de Foucault de modo amplo e, mais particularmente, com essa parte de sua obra de cunho mais político, será necessário compor o quadro conceitual de forma cuidadosa e um pouco extensa.

Um dos pontos mais conhecidos nas teorizações foucaultianas consiste em seus estudos acerca do poder. Produzido a partir de abordagens inovadoras, para esse autor, na contramão de muitos outros, o poder não é algo que se detém, mas que se exerce; não está concentrado no Estado ou na burguesia, mas disseminado capilarmente por todo tecido social, o que não significa que esteja repartido equitativamente. Em *Vigiar e punir*, possivelmente seu livro mais conhecido, Foucault (1999) desenvolve a noção de poder disciplinar, que se constituiu como a primeira ferramenta teórica utilizada nas pesquisas educacionais inspiradas em sua obra. O poder disciplinar seria um tipo de poder que se exerce, preferencialmente, no interior de instituições, tais como as prisões, os hospitais, as fábricas e as escolas. Seu objetivo seria moldar os corpos, tornando-os úteis e dóceis, ou seja, maximizar sua força produtiva e minimizar sua força política. Funciona a partir da vigilância, do exame e da sanção, usando como estratégias a fixação dos corpos no espaço e o uso exaustivo do tempo.

Dando continuidade a esses estudos, o curso de 1976 no Collège de France, *Em defesa da sociedade* (Foucault, 2002), marca o início de uma nova etapa em seu trabalho, mais voltada para problematizações políticas. O poder continua sendo central em suas teorizações, porém, exercido por meio de estratégias diferentes

daquelas do poder disciplinar. Na aula de 17 de março, Foucault introduz a conceituação de uma outra forma de exercício de poder que se ocupa de multiplicidades mais amplas do que aquelas tomadas pela disciplina: apresenta uma forma de poder que se ocupa da população. Esse poder, que Foucault denomina de biopoder, terá por objetivo gerir a vida da população para maximizá-la.

Em 1978,<sup>1</sup> o filósofo ministra o curso *Segurança, território e população* (Foucault, 2006). Embora ele o inicie dizendo que pretende aprofundar o estudo do biopoder, verifica-se que, em seguida, ele se desvia de seu caminho, o que mostra que seus cursos eram um relato de uma pesquisa em desenvolvimento. Ainda que a noção de biopoder não esteja explícita no curso, podemos vê-la espiando por entre as frestas das palavras de Foucault. É a partir da noção de biopoder que ele formula a ideia de dispositivo de segurança, caracterizado por atuar sobre a população sem priorizar regulamentos a serem obedecidos (porém, podendo utilizá-los, se necessário), mas enfatizando intervenções sobre o meio que serão entendidas como necessárias, a partir do estudo dessa mesma população, para produzir determinados efeitos: aumentar (ou reduzir) a natalidade, diminuir a taxa de mortalidade devido a um determinado fator, incrementar a capacidade de trabalho em um dado segmento, etc. O poder aqui se vale muito mais de cálculos estatísticos e financeiros, que condicionam determinadas ações intervenientes sobre os fenômenos populacionais, do que de regras rígidas a serem obedecidas.

Os dispositivos de segurança se valem fortemente do biopoder, sem abrir mão do poder disciplinar. É necessário, aqui, compreender que não existe uma lógica de substituição de uma forma de exercício de poder por outra, mas o surgimento de novas formas que se acoplam àquelas já existentes e promovem reacomodações. Segundo Foucault, a aparição dos dispositivos de seguridade se dá no século 18, de modo mais ou menos simultâneo com o surgimento do liberalismo. Assim, o aparecimento desses dispositivos pode ser entendido como parte de uma transformação da racionalidade política de uma época, uma governamentalização do Estado, entendendo-se governar como um conjunto de estratégias para conduzir as condutas. Ou seja, estratégias distintas das interdições do poder soberano e das disposições autoritárias do poder disciplinar, estratégias muito sutis, que se valem mais de um convencimento que modifica comportamentos do que da obediência.

O estudo dos dispositivos de seguridade leva Foucault a analisar essa governamentalização do Estado e a criar o conceito de governamentalidade, que ele apresenta na aula de 1º de fevereiro de 1978. Dada a importância desse conceito, que será a principal ferramenta de análise do material empírico, são transcritas as palavras do filósofo:

Com essa palavra “governamentalidade” refiro-me a três coisas. Entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de seguridade. Segundo, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo Ocidente, não deixou de conduzir, há muito tempo, para a ênfase do tipo de poder que podemos

<sup>1</sup> Em 1977, Foucault não ministrou curso no Collège de France, pois estava em seu ano sabático.

chamar “governo” sobre todos os demais: soberania, disciplina, e que induziu, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série específica de aparatos de governo, e por outro, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Por último, creio que haveria que entender a “governamentalidade” como o processo, ou melhor, o resultado do processo, em virtude do qual o Estado de justiça da Idade Média, convertido em Estado administrativo durante os séculos XV e XVI, se governamentalizou pouco a pouco. (Foucault, 2006, p. 136-137).

Desse modo, o autor não nos dá uma definição de governamentalidade, mas três. Podemos atribuir essa multiplicidade de sentidos (ainda que todos muito estreitamente articulados) a seu método de trabalho, a seu desejo de não fixar os sentidos das palavras. Contudo, a partir dessas três definições, por ora tomemos governamentalidade como uma certa forma de racionalidade política que tem o propósito de gerir a população e conduzir suas condutas. Ainda que exista um papel importante do Estado na governamentalidade, é necessário sublinhar que ela não está contida nos seus limites. A governamentalidade representa uma racionalidade, um modo de dar razões a algo<sup>2</sup> que se estende bem além do governo estatal. A racionalidade governamental é constituída a partir de práticas discursivas e não discursivas que circulam no tecido social, tocando o governo de um Estado e, ao mesmo tempo, retornando ao tecido social, formando uma grade de inteligibilidade, ou seja, um modo de compreender o mundo.

De acordo com Foucault (2006), a partir do século 18 inicia-se um processo de governamentalização do Estado que perdura até os dias de hoje. Essa governamentalização coloca em movimento estratégias que recaem sobre a população, produzindo não apenas ações de intervenção social, mas também significados que transformam as subjetividades e seus modos de compreender o mundo. O processo de governamentalização desloca a ênfase de uma Razão de Estado de ordem jurídica para uma gestão da economia. Logo, em termos políticos, o que se deve discutir dentro dessa racionalidade política emergente não são supostos abusos da soberania, mas os excessos inconvenientes de governo (Foucault, 2007). O governo não seria limitado por um direito transcendente, mas por estratégias contingentes e negociadas desenvolvidas a partir da noção de economia política, tomada aqui como um conjunto de saberes ligados ao Estado que começa a se constituir no século 16. Nesse sentido, governa-se em excesso quando não se respeita a naturalidade dos processos econômicos, a economia política torna-se um fator de autolimitação do governo. Essa nova racionalidade governamental, autolimitada e que deixa fazer (*laissez-faire*), caracteriza o liberalismo e constitui aquilo que Foucault (2007) chama de governamentalidade liberal.

Surgida no século 18, a doutrina liberal se espalhou pela Europa e tornou-se a base da constituição dos Estados Unidos da América. De acordo com Foucault (2007), o liberalismo institui o mercado como o lugar de veracidade, ou seja, como o mecanismo capaz de verificar a verdade das práticas. Isso faz com que o liberalismo se constitua não apenas como uma doutrina política, mas como um princípio bem

<sup>2</sup> Observe-se que o uso da palavra racionalidade mostra que Foucault não estava contra a razão, como alguns alegam, mas situava-se numa posição que negava uma razão única e transcendente para admitir racionalidades contingentes e múltiplas.

mais geral. Entretanto, para o autor, o que caracteriza essa nova arte de governar, muito mais que o liberalismo, é o naturalismo, visto que a liberdade aludida é muito mais a espontaneidade e a mecânica intrínseca dos processos econômicos do que uma liberdade jurídica reconhecida para os indivíduos. Portanto, essa racionalidade governamental entende existir uma naturalidade nos processos econômicos, cuja preservação seria o principal objetivo. A governamentalidade liberal preocupa-se em salvaguardar a liberdade de ação econômica, mas não vê inconvenientes nas intervenções sociais, que são a própria garantia do livre mercado.

Esse jogo entre liberdade econômica e intervenções sociais permite compreender como dentro de regimes liberais proliferam dispositivos disciplinares, com seus rígidos regulamentos a exigir a obediência. Os corpos dóceis e úteis assim produzidos são condição para a consolidação do funcionamento dos mecanismos econômicos. A sujeição dos corpos tornou possível o funcionamento do liberalismo. Isso se torna mais fácil de compreender se levarmos em conta que o princípio de inteligibilidade da doutrina liberal seria fundado no comércio de mercadorias (Foucault, 2007); ou seja, de acordo com as teorias aceitas desde o século 18 até meados do século 20, para participar do mercado o mais importante seria ter uma grande quantidade de mercadorias para comercializar. Essa é a época em que a indústria se firma como instituição social privilegiada, empenhando esforços para aumentar sua produtividade por meio de uma determinada forma de racionalização do trabalho. O trabalho industrial requeria corpos treinados no detalhe, capazes de se submeter aos regulamentos da fábrica. Corpos que foram produzidos nos bancos das escolas públicas europeias, cuja criação pode ser entendida como uma ação de biopoder, uma intervenção sobre a população para maximizar sua força de trabalho. A disciplina era o regime que transitava entre essas duas importantes instituições modernas.

No século 20, as teorias liberais recebem novos aportes teóricos. Por um lado, surge, na década de 40, o ordoliberalismo alemão, que pregava um Estado organizador do livre mercado. Por outro lado, a partir dos anos 50, surge na Escola de Chicago uma nova linha de teorizações, que Foucault (2007) denomina de anarcoliberalismo. Mais radical do que a linha alemã, propunha que o Estado não tivesse qualquer tipo de ingerência econômica. Avançando ainda mais em sua radicalidade, propôs subordinar a vida humana de modo amplo a uma racionalidade econômica. O anarcoliberalismo americano transforma o sentido da expressão *Homo œconomicus*, cunhada originalmente dentro da teorização taylorista para designar o homem da produção e do consumo. Para os teóricos da Escola de Chicago, a noção de *Homo œconomicus* se amplia, deixando de abranger apenas uma parte da vida para abraçá-la em sua totalidade. Para eles, todas as ações dos sujeitos devem ser pautadas por um cálculo que envolve investimentos e suas taxas de retorno. A economia recobre a própria vida, buscando tornar cada indivíduo o empresário de si mesmo.

Essas teorias liberais do século 20, chamadas a partir daqui de neoliberalismo, começam a se firmar no horizonte político principalmente a partir dos anos 80, espalhando-se praticamente por todos os continentes. Mantendo seus princípios, sua implantação é matizada por diferentes nuanças nos diversos países. Mais do que ideário defendido por um número crescente de governos (mesmo que muitos não

assumam o rótulo) e por grupos de indivíduos, o neoliberalismo acaba por promover mudanças em entendimentos disseminados em setores que parecem não ter a menor identidade com essa doutrina. Ou não seria possível pensar que quando falamos em “investimento”, relacionando o termo a pagamentos de cursos ou inscrições em eventos, estamos nos remetendo à Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Schultz (1973), um dos expoentes da Escola de Chicago,<sup>3</sup> mesmo sem o saber?

Embora o neoliberalismo que hoje se instala no pensamento ocidental apresente muitas continuidades do liberalismo surgido no século 18, Foucault aponta, também, diversas rupturas, como um deslocamento do princípio de inteligibilidade. Ainda que o mercado continue o lugar de veracidade, a ênfase já não está colocada nos processos de troca (no comércio), mas na concorrência que aí se estabelece. O fundamental já não é ter muitas mercadorias para trocar, mas condições favoráveis para vencer as infindáveis disputas que aí se travam. Tendo em vista o esgotamento da possibilidade de ampliação dos mercados por meio de anexação de novos segmentos, o foco desloca-se para a conquista dos consumidores já existentes. O foco agora não é a produção maciça, mas a inovação contínua (Saraiva, Veiga-Neto, 2009).

Contudo, levando-se em conta que os mecanismos econômicos devem agora revestir a vida por inteiro, essa noção de concorrência não fica restrita às empresas, mas alcança cada indivíduo. Os empresários de si também estão na arena de um mercado, concorrendo uns com os outros, e, eventualmente, juntam-se em equipes que permitam vencer uma batalha.

Essas mudanças mostram o surgimento de uma governamentalidade neoliberal, que, como já abordado, alastra-se para além de governos e de alguns grupos, ressoando nos sujeitos de modo geral. Mudam as relações de produção e o entendimento sobre como devem ser e agir os sujeitos. Portanto, muda não apenas o modo de conduzir os Estados, mas também o modo de governar corpos e almas. Assim sendo, é razoável pensar que a governamentalidade neoliberal se atravessa na educação por estratégias muito mais sutis do que aquelas relativas ao seu custeio e a processos privatizantes, inserindo-se dentro das próprias práticas pedagógicas.

É importante salientar dois pontos. Ao mostrar que nossas práticas hoje se inserem dentro de um quadro de governamentalidade neoliberal, não se deseja fazer nenhum julgamento de valores, até porque não seria esse o ensejo deste artigo, mas tão somente desenvolver análises para que cada um dos leitores tome sua posição. A partir disso, práticas que se desenvolvem dentro dessa racionalidade neoliberal não são necessariamente condenáveis. É importante sairmos de um pensamento binário, complexificando nosso entendimento. Ainda que grande parte dos efeitos do pensamento liberal pareça indesejável, é importante analisar cada caso e lembrar que muitos desses efeitos originados na racionalidade do pensamento neoliberal acabam, inclusive, por perder essa marca.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Na próxima seção, será apresentada sucintamente a Teoria do Capital Humano.

<sup>4</sup> Um exemplo é a noção de inclusão, que estaria ligada à ideia de que ninguém pode ficar fora do jogo do mercado. Para maiores detalhes, ver Lopes (2009).

## Formando professores empresários de si

A partir do quadro teórico construído na seção anterior, serão analisados alguns materiais no intuito de mostrar como a formação de professores em cursos a distância vem sendo tramada dentro de uma racionalidade contemporânea, que tem como referência a governamentalidade neoliberal. Essa análise, ao apontar uma relação entre formação de professores a distância e governamentalidade neoliberal, não tem a intenção de produzir um juízo de valores, mas mostrar como a formação de professores está se alinhando com uma racionalidade que hoje se espalha muito além dos planos governamentais, estando capilarizada até as mais ínfimas fibras do tecido social.

O principal material que constituiu o *corpus* da pesquisa foi o *Guia do aluno* (Nevado, Carvalho, Bordas, 2006) do curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduação voltada para professores da educação básica já em exercício. Também foram considerados o *Guia do tutor* e o *Guia do professor*, mas esses acabaram por não ser incorporados às análises, pois não apresentaram contribuições importantes para a pesquisa em relação àquilo já constante no *Guia do aluno*. Cabe salientar que a UFRGS é uma das instituições brasileiras de maior tradição em pesquisa no campo das tecnologias educacionais e, mais especificamente, em EaD. Desse modo, o referido *Guia* pode ser tomado como representativo do pensamento acadêmico nessa área. Além desse *Guia do aluno*, foram utilizadas como material de apoio notícias veiculadas na imprensa, nesse caso, voltadas para a EaD de modo amplo e não especificamente para a formação de professores. Essas notícias mostram que o que a mídia tem divulgado sobre a EaD é bastante coincidente com aquilo que consta no *Guia*, mostrando uma convergência entre essas duas esferas discursivas.

A noção de que cada um deva ser empresário de si mesmo, ou seja, cada um deva pautar todos os aspectos de sua vida por uma lógica economicista, destacada por Foucault como um dos principais elementos constituintes da governamentalidade neoliberal, pode ser percebida em diversas proposições constantes do *Guia do aluno* que, muitas vezes, reverberam nas notícias veiculadas pela mídia. Um primeiro ponto bastante destacado é a importância de cada um fazer a gestão do tempo, que aparece no título do capítulo 8 do *Guia*: “Organizar o tempo é fundamental” e ainda outras vezes, por exemplo:

Para dar conta dos inúmeros trabalhos, organize-se quanto a presença no ambiente, definindo o que fará em cada dia. (p. 45).

Conecte-se a seu curso, pelo menos três vezes por semana ou mais. Defina o que será realizado quando você está conectado. Use o tempo *off-line* para pensar, ler, aplicar e elaborar com clareza as suas respostas e os seus trabalhos. (p. 46).

O imperativo de uma boa gestão do tempo também é apresentado nos artigos da mídia:

Para a presidente do conselho fiscal da Associação Brasileira de Ensino à Distância (Abed) [...] esse grupo desenvolveu um senso de autonomia e responsabilidade, pois teve o desafio de aprender a se administrar sem a presença diária do professor. (Guia do ensino..., 2009, p. 3).

O fragmento acima foi extraído de uma publicação encartada no jornal *Zero Hora*,<sup>5</sup> de 10 de junho de 2009, intitulada *Guia do ensino a distância*. São nove páginas dedicadas a informar o público sobre como vem acontecendo a EaD hoje e apresentar as oportunidades existentes no Estado. Mais de uma vez essa publicação enfatiza a importância da EaD para a formação de professores, ainda que esse não seja seu foco. Esse encarte em jornal de grande circulação regional mostra a valorização da EaD por setores sociais que ultrapassam os limites acadêmicos.

A partir dos excertos anteriores, percebe-se que a rotina de obediência aos horários preestabelecidos por uma educação organizada de forma disciplinar<sup>6</sup> vai sendo substituída por uma gestão do tempo individualizada, que fica sob a responsabilidade do indivíduo. O aluno gestor de suas atividades pode contar com o *coaching*<sup>7</sup> de professores e tutores, o que é evidenciado pelas suas atribuições apresentadas no *Guia do aluno*:

Ajudar cada aluno a planejar sua atividade e seu envolvimento no curso.

Disponibilizar e fornecer informações, acompanhar e orientar, sobre as atividades propostas na Interdisciplina. (Nevado, Carvalho, Bordas, 2006, p. 25- 26).

Contudo, não apenas tutores e professores do curso tornam-se *coaches*. Um dos objetivos é transformar os próprios alunos em *coaches* de seus alunos.

[Um dos objetivos específicos do curso é] atribuir novos significados aos papéis do professor, no que concerne a sua função como problematizador e orientador dos processos individuais e coletivos de aprendizagem. (Nevado, Carvalho, Bordas, 2006, p. 20).

Ainda segundo o *Guia*, o aluno-empresário de si já não deve simplesmente executar tarefas, como acontece numa organização disciplinar, mas atingir metas. Isso pode ser percebido em um dos parâmetros de avaliação propostos:

[O aluno está] presente no ambiente virtual regularmente, ao menos três vezes por semana, e marca sua presença com contribuições substantivas nos espaços assíncronos. (Nevado, Carvalho, Bordas, 2006, p. 44).

Desse modo, a avaliação perde a ritualização do exame dos sistemas disciplinares para entrar numa prática empresarial de indicadores e metas. Isso também está expresso nas recomendações que o *Guia* apresenta ao aluno para a organização do tempo:

Certifique-se, pelo menos uma vez por semana, de que você está em dia com suas mensagens.

Envie mensagens regularmente, mesmo que seja para dizer apenas que você está acompanhando a discussão e adiante poderá contribuir com qualidade. (Nevado, Carvalho, Bordas, 2006, p. 46).

<sup>5</sup> Jornal de maior circulação no Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>6</sup> Entendemos, aqui, disciplina no sentido dado por Foucault (1999), conforme exposto no item anterior.

<sup>7</sup> Termo oriundo do meio empresarial, significa uma consultoria para uma empresa ou para um indivíduo atingir determinadas metas.

Muitas vezes, as orientações dadas aos alunos assemelham-se aos métodos de qualidade total implementados em empresas. Existem pontos de contato principalmente com os métodos chamados de Ciclo PDCA e SWOT (Daychoum, 2007), duas abreviaturas de expressões da língua inglesa. PDCA significa *Plan* (planejar), *Develop* (desenvolver), *Check* (avaliar), *Act* (agir, corrigir as imperfeições). Uma espécie de Ciclo PDCA é proposto no capítulo referente à organização do tempo:

A organização do tempo pode ser decomposta em quatro passos: 1. Determine e estabeleça os seus objetivos. 2. Desenvolva um plano para atingir estes objetivos. 3. Implemente o seu plano. 4. Monitore e revise o seu plano sempre que for necessário. (Nevado, Carvalho, Bordas, 2006, p. 62).

Já o método SWOT consiste em uma avaliação de fatores internos e externos, favoráveis e desfavoráveis, de uma determinada empresa com o objetivo de apoiar planejamentos estratégicos: *Strengths* (forças), *Weakness* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades), *Threats* (ameaças). O *Guia do aluno*, de certa forma, sugere a aplicação dessa metodologia pelos discentes em relação a sua própria avaliação:

[...] encorajar os alunos-professores a capitalizarem suas forças, ajudá-los a identificar as áreas que necessitam aperfeiçoar e oferecer-lhes uma sistematização para a reflexão sobre a prática e os fundamentos éticos e políticos que a sustentam. (Nevado, Carvalho, Bordas, 2006, p. 42).

Conforme já abordado, essa necessidade de que cada um se torne empresário de si afasta a racionalidade na qual se insere a EaD daquela dos sistemas disciplinares, que não exigiam capacidade de gestão, mas obediência a regulamentos. Contudo, o termo disciplina aparece reiteradamente, seja nas recomendações acadêmicas aos alunos, nas recomendações da mídia ou nas palavras de alunos e, até mesmo, de representantes do Ministério da Educação:

Planeje tempo para o lazer. Se você não fizer isso se sentirá frustrado, o que pode levar a tentar enganar a si próprio, ao não cumprir disciplinadamente sua agenda semanal. (Nevado, Carvalho, Bordas, 2006, p. 69).

[...] a disciplina e a motivação dos alunos precisam ser grandes. (Vieira, 2009).

"Eu me disciplinei para estudar, pelo menos, duas horas por dia, todos os dias [...]", assegura Renato Salomão [aluno EaD]. (Ensino..., 2009).

A disciplina e a organização desses alunos têm que ser potencializadas para se manter uma regularidade – explica [o Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação]. (Guia do ensino..., 2009, p. 8).

É importante saber que aqui a disciplina não é entendida nos termos foucaultianos: nada de vigias, nada de imposições externas. A disciplina mencionada nos excertos é uma forma de governar a si mesmo, sem estar sob o olhar do outro, o que caracteriza o empresário de si. É uma outra compreensão de disciplina, diferente daquela da modernidade. Ela não implica uma multiplicidade, mas uma relação do indivíduo consigo mesmo. Em uma entrevista, Foucault (2003) já apontava que estaríamos deixando a disciplina para trás. Embora não acredite em seu desaparecimento,

talvez sejam essas relações de autogoverno que estejam ocupando, pelo menos em parte, o seu lugar dentro da governamentalidade neoliberal.

De acordo com o que vem sendo mostrado até este momento, é possível perceber nas narrativas que tratam da EaD diversas manifestações que apontam para um processo de conversão dos alunos em empresários de si, incitando-os a agir como gestores de suas vidas. Nesse sentido, o que esses alunos estariam sendo chamados a fazer seria investir em si mesmos, com vistas a aumentar o seu capital humano. Esse conceito aparece no livro *Capital humano: investimento em educação e pesquisa*, escrito por Schultz (1973), um dos expoentes da Escola de Chicago, sendo um dos elementos analisados por Foucault (2007) no curso *Nascimento da biopolítica*. Schultz propõe uma nova visão do trabalho, rompendo com a economia clássica. Para ele, o trabalho não é algo retirado, expropriado do trabalhador, mas uma oferta por parte do trabalhador de suas capacidades, que será remunerada pelo empregador. Quanto mais suas capacidades forem desenvolvidas, mais valor de mercado terá seu trabalho, acarretando melhor remuneração. As capacidades do indivíduo são o seu capital humano, constituído, segundo Schultz (1973), por uma parcela relativa a características inatas e outra desenvolvida, principalmente, por meio da educação. Nesse sentido, a educação passa a ser um investimento no capital humano, potencializando a capacidade de trabalho do indivíduo, permitindo um aumento de renda. Essa concepção de educação como investimento está presente tanto no *Guia do aluno* quanto em textos veiculados pela mídia:

134

Para a atuação profissional, reconhecer, esclarecer e organizar saberes e habilidades é um passo que permite avaliar quais são as áreas que requerem outros investimentos. [...] o certo é que o tempo despendido na organização prévia significa lidar bem com aquilo que mais prezamos e avaliar a qualidade de nossos investimentos presentes e futuros. (Nevado, Carvalho, Bordas, 2006, p. 43, 61).

Por exigir investimento menor por parte do aluno, a educação a distância é uma alternativa para quem não tem condições de cursar o modo presencial. (Velleda, 2009).

Conforme os fragmentos acima, os alunos investem tempo e dinheiro (no caso de cursos em instituições privadas). Mas será que esse investimento vale a pena? Para responder a essa questão, é preciso ouvir o mercado, lugar de veridicidade, ou, melhor dizendo, seus representantes diretos, os especialistas em recursos humanos:

Na hora de disputar um emprego, o fato de o profissional ter feito um curso presencial ou a distância não é o mais importante. Segundo empresas de assessoria em Recursos Humanos, o que realmente ajuda ou atrapalha um candidato é o nome da instituição em que ele se formou. (Celso Júnior, Campos, 2009).

Consultora de Recursos Humanos da Adecco, Laura Gomes explica que hoje os recrutadores não estão mais preocupados com a modalidade em que o candidato se formou, mas sim com a instituição. (Zero Hora, 2009, p. 3).

A preocupação em apresentar a aceitação do mercado não esteve presente no material do *Guia do aluno* da UFRGS, mas foi observada na mídia, tendo em vista que esse *Guia* é referente a um curso de uma universidade pública, voltado para professores que já estão em serviço. Isso faz com que a preocupação com o mercado

fique atenuada nesse caso específico. É importante ressaltar que os excertos tratam principalmente de empresas, mas que nas escolas (que cada vez mais se assemelham a empresas) possivelmente haja pensamento parecido. Outro aspecto a observar é que mesmo essa educação que não se dá privilegiadamente dentro de limites espaciais encontra um ponto importante de reterritorialização: a marca institucional permanece sendo valorizada, ou seja, pode-se estudar em qualquer lugar, mas talvez não em qualquer instituição.

### **Para finalizar**

De acordo com o que foi desenvolvido no artigo, a EaD tem sido considerada uma estratégia privilegiada para a formação de professores na contemporaneidade não apenas por suas possíveis vantagens, mas também por estar inserida dentro de uma racionalidade cada vez mais disseminada, que busca tornar cada um empresário de si. Rompendo com a lógica disciplinar, a EaD abre possibilidades de produzir subjetividades com maior inserção naquilo que Foucault chamou de governamentalidade neoliberal, que constitui algo muito além de doutrina política, funcionando como uma grade de inteligibilidade para a vida social. O sujeito da disciplina, que obedece a regras, não cabe no figurino contemporâneo, que exige sujeitos capazes de gerir sua própria vida. Já não é possível delegar decisões para o Estado ou para um empregador: cada um tem que se responsabilizar por si, sendo capaz de governar-se eficazmente, capacidades essas que devem ser desenvolvidas pelos alunos de cursos realizados a distância. Professores formados dentro dessa racionalidade, por sua vez, tornar-se-ão mais capazes de converter seus próprios alunos em empresários de si.

135

### **Referências bibliográficas**

---

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica*: apresentação. 2009. Disponível em: <<http://freire.mec.gov.br/index/principal>>. Acesso em: fev. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Universidade Aberta do Brasil*. [s.d.]. Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=66&Itemid=18](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=18)>. Acesso em: fev. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 9, de 30 de junho de 2009. Institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 123, 1º jul. 2009.

CELSO JÚNIOR, Luís; CAMPOS, Marcela. As vantagens da graduação a distância. *Gazeta do Povo*, 12 out. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vestibular2009/conteudo.phtml?id=932466>>. Acesso em: fev. 2010.

DAYCHOUM, Merhi. *40 ferramentas e técnicas de gerenciamento*. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

ENSINO a distância: uma realidade crescente no Brasil. *Notícias do Campus*, PUC Minas Virtual, terça-feira, 21 jul. 2009 Disponível em: [http://www.planetauniversitario.com/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=7583](http://www.planetauniversitario.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=7583)>. Acesso em: fev. 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. A sociedade disciplinar em crise. In: \_\_\_\_\_. *Estratégia poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e Escritos IV)

\_\_\_\_\_. *Seguridad, território, población*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2006.

\_\_\_\_\_. *Nacimiento de la biopolítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2007.

GUIA do ensino à distância. *Zero Hora*, Porto Alegre, n. 15.996, 10 jun. 2009. Encarte.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153-169, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/viewFile/8297/5536>>. Acesso em: fev. 2010.

NEVADO, Rosane; CARVALHO, Marie Jane; BORDAS, Mérion. *Licenciatura em Pedagogia a distância*: guia do aluno. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: <[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/pead-informacoes/guia\\_do\\_aluno.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/pead-informacoes/guia_do_aluno.pdf)>. Acesso em: fev. 2010.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 187-201, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/viewFile/8300/5538>>. Acesso em: fev. 2010.

SCHULTZ, Theodore. *Capital humano*: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

VELLEDA, Luciano. Primeiro descompasso. *Revista Ensino Superior online*, 27 maio 2009. Disponível em: <<http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12374>>. Acesso em: fev. 2010.

VIEIRA, Elaine. Mais oportunidades para estudar sem sair de casa. *Gazeta online*, 18 maio 2009. Disponível em: <[http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/local/a\\_gazeta/materia.php&cd\\_matia=513362](http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/local/a_gazeta/materia.php&cd_matia=513362)>. Acesso em: fev. 2010.

---

Karla Saraiva, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professora e pesquisadora da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), atuando no mestrado em Educação.

karlasaraiva@via-rs.net